

PREFERÊNCIAS SIMPLIFICADAS: UMA CRÍTICA AO MODELO DA ESCOLHA RACIONAL

*André Matheus Almeida de Silva*⁹⁵

*Bruno Luiz Guillard*⁹⁶

RESUMO: Um dos maiores problemas de modelos analíticos tidos como “limpos” são as suas simplificações da realidade, e a Teoria da Escolha Racional, contida no Neo-Institucionalismo, não foge a essa regra. Desta forma, nesse breve artigo procuraremos, através de uma metodologia qualitativa de discussão teórica, problematizar a hipótese de que tal labor teórico ainda carrega uma imagem simplista de maximização das motivações humanas, dado que a noção de racionalidade não se pode limitar somente à maximização dos ganhos materiais e/ou visíveis, mas deve incluir fatores como desejos, crenças, moralidades e outras preferências. A partir disso, buscamos mostrar que existe uma transposição da “maximização das preferências” para a “satisfação das preferências”, porém essa mudança não minimiza a dificuldade de mensuração desta última categoria. Com a introdução das noções de racionalidade e de ideologia, concluímos que ambas em conluio obscurecem “situações ótimas” – considerando a complexidade da realidade – e fazem com que não apenas os indivíduos deixem de racionalizar suas escolhas, mas também as instituições que, no limite, modulam e são moduladas pelo embate com as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: preferências; maximização; satisfação; racionalidade ideologia.

INTRODUÇÃO

A Teoria da Escolha Racional é, sem dúvida, uma das mais importantes contribuições para os estudos das ciências sociais, especialmente no que tange a economia e a política. Sendo herdeira de alguns dos ensinamentos do utilitarismo benthaniano⁹⁷, tal doutrina vê na racionalidade das ações, no comportamento maximizador e no individualismo metodológico algumas das chaves para a compreensão das decisões dos atores e das dinâmicas sociais em maior ou menor escala.

É fato que, por seus pressupostos relativamente simples, a Teoria da Escolha Racional sempre teve melhor aceitação entre os círculos econômicos mais afeitos às teorias que possibilitem previsões e cálculos, diferentemente da sociologia de cunho mais compreensivo. Ainda assim, o alcance da Escolha Racional não se limitou à economia pura, mas encontrou guarida também entre alguns teóricos políticos como Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson (FEREJOHN & PASQUINO, 2001). Outra associação entre Teoria da

⁹⁵ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: andre_matheus91@hotmail.com

⁹⁶ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: bl.guillard@bol.com.br

⁹⁷ Jeremy Bentham, juntamente com John Stuart Mill e James Mill, é considerado uns dos principais difusores do utilitarismo. Teoria que, grosso modo, diz que toda ação humana visa à máxima utilidade – maximização do prazer e a minimização do sofrimento.



Escolha Racional foi com os estudos institucionais que levou à emergência de uma das linhas do Neo-Institucionalismo, o da Escolha Racional. Tais fatos nos permitem enunciar esta doutrina como uma das perspectivas teóricas mais importantes da segunda metade do século XX.

Em suma, a Teoria da Escolha Racional se baseia na ideia de que o comportamento dos atores é guiado por uma racionalidade acionada nos momentos em que diferentes oportunidades lhe são oferecidas, possibilitando-o a tomar as decisões estratégicas que maximizem os resultados buscados por eles – quer sejam votos, lucros ou outros recursos de seus interesses. Apesar das diferenças nas definições de racionalidade, é possível assumir que todas elas derivam mais ou menos da ideia de que: “A racionalidade [...] nada mais é que uma correspondência ótima entre fins e meios” (TSEBELIS, 1998, p. 33). Portanto, segundo esta teoria, a “ação racional” é aquela que opta pelo caminho cujos custos são os menores em relação ao fim objetivado.

Todavia, o maior atrativo de tal teoria, sua elegância e simplicidade, é também seu maior problema, já que é sabido que a realidade social – e mais, a própria composição mental do indivíduo – opera a partir de um grande número de variáveis que influenciam nas decisões e escolhas. Por isso mesmo, a visão atomizadora que enxerga o indivíduo como uma “máquina de fazer cálculos buscando resultados ótimos” – linha mais ortodoxa da teoria da escolha racional – tem sido substituída por versões mais complexas e completas. Meireles (2012) coloca assim:

O desafio que as várias adaptações da RCT (*rational choice theory*, em inglês) enfrentam é, desse modo, o de combinar a simplicidade e a versatilidade do cálculo racional com as condições que o tornam possível. Boudon (2003: 8-9) classifica essas dificuldades em três: (1) o problema da incompatibilidade de crenças entre os indivíduos; (2) o problema da ação motivada por prescrições normativas; e (3) o problema das ações motivadas por outros fatores que não os puramente egoísticos, como a beneficência. Generalizando a questão, o problema da RCT pode ser resumido desta forma: como conciliar o contexto de ação e outros fatores exteriores, ou as *condições exteriores à ação*, com o procedimento racional. [...] (p.55, grifo do autor).

Assim, o que vários autores têm buscado é o desenvolvimento de adaptações e melhorias na Teoria da Escolha Racional. O próprio Meireles, se utilizando das categorias das “teorias da racionalidade perfeita” e das “teorias da racionalidade imperfeita” de Orenstein (1998), elenca teóricos dessas novas versões da Escolha Racional, com Anthony Downs, Mancur Olson, Adam Przeworski e George Tsebelis entrando na primeira categoria – mais relacionada aos modelos econômicos e políticos – e Jon Elster e Raymond Boudon na segunda – entendida como mais maleável e sociológica. Ambas as categorias apresentam diferentes respostas e soluções às limitações da Teoria da Escolha Racional tradicional, e para isso se

utilizam de redefinições, ênfases e novos pressupostos que tornam essa perspectiva teórica mais legítima e condizente com a realidade da vida social.

Isto posto, buscaremos nesse artigo problematizar alguns dos aspectos mais centrais da Teoria da Escolha Racional contida no Neo-Institucionalismo da Escolha Racional. Alinhando-nos especialmente as variações da “racionalidade imperfeita” da teoria e trazendo elementos mais sociológicos ao debate, nossa hipótese é que tal teoria – embora com as mais diferentes complementações – ainda elenca uma imagem simplista de maximização das motivações humanas, pois a noção de racionalidade não pode se limitar somente à maximização dos ganhos materiais e/ou visíveis, mas deve incluir também fatores como desejos, crenças, moralidades e outras preferências.

RACIONALIDADE E IDEOLOGIA

Há muito tempo vêm se discutindo as limitações de teorias explicativas simplistas, e a Teoria da Escolha Racional não está fora desse debate. Entretanto, as atratividades dessas teorias, em especial a da Escolha Racional, não emergem de suas simplicidades, mas por serem robustas – seguem uma linha argumentativa passo a passo – e por apresentarem uma abordagem holística. Assim, a fascinação pela *Racional Choice Teory* vem de seu labor argumentativo: rigor metodológico, clareza do argumento, variáveis bem demonstradas, etc. É um modelo considerado “limpo”, onde a dedução e o axioma são fatores importantes dessa formulação argumentativa. E tem mais, a capacidade de prever é o critério de validade de tal teoria.

Contudo, quando se leva em consideração “fatores sociais”⁹⁸ alguns pressupostos têm que ser levados em consideração na análise, em especial aqueles que tangem a natureza humana e que podem afetar diretamente na capacidade de previsão. Desse modo, a sociologia, em contraposição ao modelo de base economicista da *Racional Choice*, contribui para melhorar o modelo. Paul Hirsh, Stuart Michaels e Ray Fridman tratando de alguns pressupostos da sociologia em relação à economia elencam:

[...] os sociólogos dedicam-se ao estudo das várias motivações socialmente aprendidas e transformáveis que não resultam de escolhas permanentes e atomizadas por parte dos indivíduos. As preferências e as ações são influenciadas pela forma como as pessoas entendem e valorizam – através da socialização e da aculturação – os diferentes aspectos do mundo que os rodeia. Consequentemente, a ação é compreendida através da observação de valores culturais, estruturas institucionais e normas sociais, que determinam as preferências. (2003, p. 109).

Assim, o fator fundamental, quando se busca compreender o que levou o indivíduo a sua preferência, é apreender a interpelação da cultura e das instituições no processo de escolha. Porém, para

⁹⁸Entenderemos por “fatores sociais” determinantes externos, nos quais podem ser sociais, econômicos, políticos e culturais que interferem diretamente nas ações e escolhas dos indivíduos.

tal apreensão, uma mudança de método tem que ser orquestrada ao nível indutivo e com caráter mais explicativo, tendo em vista que a complexidade da vida social requisita considerar o caráter imponderável de certos fatores que fogem a capacidade de previsão.

Não obstante, quando a Teoria da Escolha Racional é introduzida à Teoria Institucionalista algumas características de ordens comportamentais do individualismo são incorporadas às instituições: 1) o comportamento racional; 2) o viés maximizador de preferências objetivas e/ou subjetivas; 3) a ação intencional com efeitos não intencionais; 4) escolhas estratégicas e interdependentes; e, por fim, 5) incertezas e riscos no processo de decisão (BAERT, 1997). Assim, as influências no processo de interação estratégica e no método de organização das instituições provêm da interação de tais características, que moldaram algumas concepções presentes no Neo-Institucionalismo da Escolha Racional. Cabe citar, seguindo Peter A. Hall e Rosemary C. R. Taylor (2003):

- As conjecturas comportamentais na busca de preferências e gostos;
- A intenção individual de sempre maximizar escolhas com a possibilidade de resultar um fim “sub-ótimo” para o coletivo;
- O papel da interação estratégica que se apresenta sob aferição de “ganhos de troca” em conjunto com o “cálculo estratégico” por parte dos agentes;
- O acordo coletivo na criação das instituições com a finalidade de se diminuir as incertezas e riscos por parte dos agentes.

Deste modo, quando se analisa as vantagens em avaliar as escolhas dentro das instituições, há de se observar um caminho fundamental que esta última proporciona: a previsibilidade. As normas ou as regras institucionais permitem aos indivíduos fazerem seus “cálculos estratégicos” levando em consideração uma noção futurística de seus ganhos.

Todavia, mesmo com as instituições proporcionando certa previsibilidade, um alto grau de maximização e o melhor norteamiento racional possível nas escolhas dos indivíduos, tanto a vida social quanto a psique individual apresentaram, em algum momento, elementos imensuráveis para qualquer tipo de teoria. De tal forma que, mesmo a ação racional dos atores visando à concretização de “objetivos pessoais”, estes últimos são bastante subjetivos e, de certo modo, apenas poderiam ser compreendidos a partir do próprio indivíduo. No entanto, há de se observar que, muitas vezes, nem pela análise individual tal compreensão seja possível, se considerarmos a questão do “inconsciente” proposto por Sigmund Freud⁹⁹.

⁹⁹ Freud demonstrou que o inconsciente é um fenômeno psicossomático que possui uma relação muito próxima com o consciente, que em atividade possuem uma interconexão *sui generis*, condicionando o indivíduo em seu modo de agir e diferenciando-o sua maneira típica de pensar. Em outras palavras, o inconsciente é uma fase regular e necessária da mente humana, que pode desenvolver-se de modo a transformar-se em consciente

Isto posto, pode-se afirmar com isso que existe um desdobramento da “objetividade individual” para uma noção de “eficácia”, que deixa de ter um viés apenas maximizador – pressupondo ganhos materiais e certa unidade de medida de ganho – e passa para algo mais “satisfacionista” – critério de maior abrangência e de complexidade do sucesso.

Contudo, esta nossa apreensão descrita acima, nada mais é do que alguns teóricos da Escolha Racional vinham descrevendo sobre a mesma já algum tempo: os indivíduos são levados a certas situações (momentâneas ou não) a maximizarem suas escolhas que, no limite, busca cotejar àquela preferência que seja de maior ganho satisfacional. (MORO, 2009).

Deste modo, cabe-nos problematizar a satisfação das preferências para adentrarmos na discussão com as instituições. Assim sendo, qual a diferença entre satisfação e otimização das preferências?

Bem, a otimização das preferências nada mais é do que o sinônimo de maximização destas últimas, ou melhor, é um termo egoísta individual (ou mesmo coletivo) paliativo de análise, que tem como intuito medir a utilidade¹⁰⁰. Em contraposição, a satisfação das preferências não é algo possível de se medir porque não provêm apenas do indivíduo, mas de um rol de interpelações sociais que fazem com que a valoração desta acabe se tornando imponderável. Além do mais, é de se salientar que inúmeras das preferências dos atores muitas vezes se mostram contraditórias, e isto por serem criadas em contextos sociais conflitantes de diferentes nichos de influência: educacional, religioso, político, etc.

Ora, quando se vai relatar a satisfação por preferências duas noções são importantíssimas para tentar compreender os caminhos das escolhas: a ideologia que levou a preferência; e a racionalidade por detrás da escolha.

A racionalidade tem um viés bastante particularista, porém ela é pensada no ato da ação. Uma ação é racional quando, através da oportunidade de escolha, se escolhe a melhor opção – ou a mais “satisfacionista” – entre muitas, dentro de determinada crença. John Ferejohn e Pasquale Pasquino, descrevendo sobre a racionalidade, corroboram dizendo:

A interpretação psicológica tradicional dessa definição é que os agentes têm estados mentais — crenças e desejos — e escolhem as melhores ações que estejam de acordo com eles. Os desejos são considerados de alguma forma como dados ou definidos previamente às ações e também às crenças. Os desejos podem ser, dependendo da teoria, ancorados em necessidades humanas mais profundas (comida, sexo, segurança), ou podem ser ligados à posição social, ou a atitudes morais, ou podem simplesmente ser arbitrários. O ponto é que eles são de alguma forma fixos ou definidos antes da escolha da ação. São os desejos ou as preferências que serão satisfeitos na escolha. (2001, p. 7 e 8).

conforme a resistência (ou não) do indivíduo onde, muitas vezes, acaba se manifestando nas formas mentais e físicas do indivíduo.

¹⁰⁰ Através do arcabouço teórico econômico é possível medir a utilidade através de uma “curva de indiferença”, que representa combinações de consumo e busca medir determinado nível de satisfação dentro de uma cesta de bens.

Ora, desejos e crenças são, de algum modo, criados e moldados pelas instituições que, na definição de Douglass North (1991), são “humanamente inventadas” (ideologicamente construídas) com o intuito de estruturar as interações políticas, econômicas e sociais. Elas podem ser, segundo o mesmo autor, formais ou informais e têm como máxima acomodar interesses organizando as relações de poder.

Contudo, em se tratando de instituições, a mais influente sem dúvida é o Estado Nacional Moderno, pois ele abarca inúmeras outras pequenas instituições que interpelam a vida dos indivíduos de forma avassaladora. E isto, se deve a sua finalidade última que é de constituir cidadãos, assim sendo, será de suma importância ter sob sua égide instituições que proporcionem essa “criação”, em especial aquelas de cunho pedagógico.

Com efeito, muitos autores de cunho marxista descrevem o Estado como um aparelho exclusivo de repressão, Louis Althusser não foge a regra. Entretanto, o autor vai além ao propor os “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE), estes que não podem ser confundidos com os aparelhos de repressão estatais, pois eles não funcionam pela força tais como estes últimos, mas pela ideologia. Porém, segundo Althusser, não existe apenas um Aparelho Ideológico, mas vários: escolar, religioso, político, etc.; onde na vida cotidiana misturam-se sutilmente. O autor complementa:

Esta observação abre-nos a via da compreensão do que constitui a unidade do corpo aparentemente dispar dos AIE. Se os AIE “funcionam” de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, na, ideologia dominante que é a da “classe dominante”... Se quisermos considerar que em princípio a “classe dominante” detém o poder de Estado (de uma forma franca ou, na maioria das vezes, por meio de alianças de classe ou de frações de classes), e dispõe portanto do Aparelho (repressivo) de Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante é activa nos Aparelhos Ideológicos de Estado. É claro, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) de Estado e “agir” por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado são duas coisas diferentes. Será preciso entrar no pormenor desta diferença, - mas ela não poderá esconder a realidade de uma profunda identidade. A partir do que sabemos, *nenhuma, classe pode duravelmente deter o poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.* [...] (ALTHUSSER, 1970, p. 48 e 49, grifo do autor).

Ora, o que hoje sabemos sobre as instituições é que elas são um processo, e não um modelo estanque como outrora eram vistas. Além do mais, favorecem determinados atores que contribuem para o seu funcionamento e existência. Bem, com o Estado Moderno – suprássumo das instituições – não é diferente. Ele tende a favorecer certos grupos dominantes que vivem influenciando-o com seus modelos de concepção da realidade. Assim, as vontades, desejos e escolhas, da maneira como imaginamos, não advém

de uma criação individual, mas são frutos de concepções de outrem, impostas em determinadas instituições ao longo de um processo histórico.

Com isso, vemos que a satisfação das preferências carrega consigo fatores ideológicos que não são preferências *em si*, mas *para si*. Isto porque, afetadas ideologicamente, as preferências não *são* do sujeito, mas *para* o sujeito. Portanto, vemos que a ideologia apreendida institucionalmente afeta diretamente na forma “satisfacionista” da preferência obtida pelo indivíduo. E tem mais, a ideologia não é algo imposto como um ente cosmológico, ela é formulada através de disputas de concepções de vida por aqueles que detêm o poder.

Dai surge à questão sobre a racionalidade: onde ela adentra em nosso debate? Ora, se a ideologia demarca a preferência, a racionalidade vai moldar a satisfação. E para buscarmos entender esse último conceito, teremos que recorrer a Max Weber.

Weber, ao discutir as formas racionais de conduta, descreve a ação social como aquela orientada pela conduta de outrem, através disso, sem a perspectiva da ação por parte de outro indivíduo, a ação não é vista como social. (WEBER, 2009). Ao tipificá-la em tipos ideais Weber vai elencar quatro tipos de ações sociais: a tradicional; a efetiva; a racional referente a valores; e, finalmente, a racional referente a fins.

As duas primeiras apresentam noções valorativas de ação social, onde o fator “calculista” está ausente. O sentido de ambas as ações está relacionado a hábitos costumeiros e a situações emocionais que, no limite, escapam a uma análise racional. Diferentemente, as duas últimas são ações sociais que têm como base admitir as intenções racionais na ação, porém elas se diferenciam quando se considera as consequências dos atos. A ação social referente a valores tende a considerar preferências com fortes motivações (convicções e deveres), sem levar em consideração o fim último das escolhas. Já a ação social referente a fins não somente considera as consequências das escolhas, como também os meios de se chegar a uma preferência de maior nível satisfacional.

Assim, no sentido que Weber apresenta, o que determina uma ação social ser vista como racional é a consideração de um fim último, ou seja, é ter em mente que um cálculo ruim pode ter uma consequência indesejada para indivíduo. Não obstante, o próprio Weber reconhece que essas tipologias ideais têm apenas o intuito de facilitar a análise, elas não existem na realidade. Isto pode ser um complicador, mas do ponto de vista analítico é um facilitador primoroso, de modo que a crítica não pode seguir nessa direção.

Ora, uma preferência orientada pela racionalidade, seguindo o nosso raciocínio, será aquela norteadada pela consequência última do ato de escolha e que abarcará um alto grau de satisfação, contudo desejos e certos “impulsos subjetivos” serão os combustíveis perfeitos para embaralhar as preferências de modo que o sujeito fique satisfeito e, com isso, relativizar a determinação de um fim desejável ou indesejável. Desta forma, as escolhas “racionais” pelas “melhores” preferências variam: em número e grau; no tempo e no espaço. Elas aparentam ter menos relação com a lógica e mais com aspirações fundadas de

diferentes perspectivas nas quais, em última instância, são geradas por diversos mecanismos sociais contraditórios.

Por fim, cabe frisar que as instituições apresentam uma racionalidade de outra ordem. Elas buscam espaço de influência e, para isso, inclinam-se a agir estrategicamente. Contudo, quando visões personalistas adentram nas instituições a “satisfação das preferências institucionais” fica ameaçada pela imposição ideológica não proveniente da instituição e pela “racionalidade falha” ocasionada pelas disputas de interesses. E isso tudo, tende afetar as “regras do jogo” que, num certo sentido, alteram os projetos individuais em construção. Portanto, há de se salientar que as diferentes preferências, ou melhor, os interesses, não alteram somente a noção de previsibilidade, mas deixam à mostra incontáveis conflitos que, no fim, são o alicerce de algo bem maior que é a sociedade.

CONCLUSÃO

Neste breve artigo, nossa intenção foi problematizar a simplicidade da Teoria da Escolha Racional incorporada pelo Neo-Institucionalismo.

Como apresentado, os modelos “limpos” de análise social possuem grande rigor metodológico, contudo tendem a se encapsularem em postulados que não são passíveis de demonstração; quando o são, muitos esclarecimentos deixam a desejar porque não colocam sobre o crivo da análise os dados de maior dificuldade analítica, ou seja, eles continuam ainda circunscrevendo em seus modelos “fechados”. E o que é pior, fazendo divagações muitas vezes com dados imensuráveis. Todavia, isso tudo não nos leva a descartar a importância analítica do modelo Racional, mas questioná-lo em alguns pontos cruciais.

Deste modo, a partir de um debate teórico, buscamos mostrar que nas novas vertentes da Escolha Racional existe uma transposição da “maximização das preferências” para a “satisfação das preferências”, porém essa mudança não minimiza a dificuldade de mensuração desta última categoria.

Duas noções são fundamentais para a compreensão dessa dificuldade: a racionalidade e a ideologia. A primeira tende afetar com mais ênfase a questão da satisfação. Enquanto que a segunda influência na preferência. Todavia, ambas em conluio obscurecem “situações ótimas” – considerando a complexidade da realidade – e fazem com que não apenas os indivíduos deixem de racionalizar suas escolhas, mas também as instituições que, no limite, modulam e são moduladas pelo embate com as pessoas.

Assim, como visto, a incorporação de fatores sociológicos na análise Racional contribuiu para o aperfeiçoamento do modelo; e não só, alguns elementos psicológicos também podem ser admitidos de bom grado. O que nos leva a admitir que, em diversas correntes teóricas – em especial os modelos “fechados” – nas quais se observa no objeto a preponderância de “fatores sociais”, a introdução de novas fontes analíticas não será apenas importante para uma melhor apreensão da realidade, mas basilar para a fundamentação do próprio argumento de análise.

BIBLIOGRAFIA:

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Editorial Presença, Lisboa. Ano: 1970.
- BAERT, Patrick. *Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 12. n. 35. São Paulo, 1997.
- FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. *A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2001, vol.16, n.45, p. 05-24. ISSN 1806-9053. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000100001>.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*. Lua Nova [online]. 2003, n.58, p. 193-223. ISSN 1807-0175. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.
- HIRSCH, P.; STUART, M.; FRIEDMAN, R. "Mãos sujas" versus "modelos limpos": *estará a Sociologia em risco de ser seduzida pela Economia?* In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). *A nova Sociologia Econômica: uma antologia*. Oeiras: Editora Celta, p. 125-165, 2003.
- MEIRELES, Fernando. *Teoria da Escolha Racional: limites e alcances explicativos*. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. João Pessoa, Número 22: 52-61, Dezembro, 2012.
- MORO, E. J. *A Teoria da Escolha Racional e a Explicação do Voto*. Revista Intratextos. Rio de Janeiro, vol.1, n.1, p. 6-21. Ano: 2009. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/212/225. Acesso: 29 de junho de 2015.
- NORTH, Douglass C. *Institutions*. Journal of Economic Perspectives – Volume 5, N. 1, Ano: 1991.
- ORENSTEIN, Luiz. *A estratégia da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Revan (UCAM, IUPERJ), 1998.
- PERES, Paulo Sergio. *Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política*. RBCS. Vol. 23. N. 68. Outubro/2008.
- SIGMUND, Freud. *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise (1912)*. In: _____. Sigmund Freud Obras Completas: Observações Psicanalíticas sobre um Caso de Paranóia Relatado em Autobiografia ("O Caso Schreber"), Artigos sobre Técnica e Outros Textos (1911-1913). Volume: 10. Companhia das Letras. Editora Schwarcz Ltda., 2010. p. 194-203.
- TSEBELIS, George. *Jogos ocultos: Escolha racional no campo da Política Comparada*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Volume: 1. Editora: EDU – UNB. Ano: 2009.

